



Virgílio critica
Lula por usar
jato da Boeing

PÁGINA 7

**Agripino: PFL pede
mínimo de R\$ 260**

PÁGINA 3

Renan defende
reforma que
humanize cidade

PÁGINA 6



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.710 - Brasília, terça-feira, 3 de junho de 2003

**Capiberibe
sugere modelo
agroflorestal
para Amazônia**

Senador critica
iniciativas baseadas na
monocultura e afirma
que região precisa de
modelo específico.

PÁGINA 4

Paim tem alternativa para mudar Previdência

■ Vice-presidente do Senado leva hoje ao ministro Ricardo Berzoini sugestões para a reforma em tramitação no Congresso. Nova proposta baseia-se em debate realizado semana passada no Senado

**Serys propõe
taxa para inibir
aplicação de
curto prazo**

Objetivos são a redução
da volatilidade do capital
estrangeiro no país e a
formação de um fundo de
combate à pobreza.

PÁGINA 5

**Flávio Arns
quer recuperar
ferrovias com a
volta da RFFSA**

Conforme o senador,
privatização não gerou
investimentos e a malha
ferroviária brasileira
está se degradando.

PÁGINA 8



SINTONIA. Paim se encontra com o vice-presidente José Alencar e defende redução dos juros para assegurar retorno do crescimento

O senador Paulo Paim vai a audiência com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, acompanhado de técnicos do Se-

nado e de setores do Poder Executivo para entregar alternativa à reforma da Previdência. As sugestões foram recolhidas em debate realizado

semana passada no Senado. Ontem, Paim esteve com o vice-presidente José Alencar, que ocupa interinamente a Presidência da República.

PÁGINA 3

Medidas provisórias abrem a pauta hoje

PÁGINA 2

Políticas para deficientes em discussão

As políticas públicas voltadas à situação dos deficientes no Brasil serão debatidas hoje, às 18h, em audiência pública promovida pela Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. Durante o encontro, deverá ser exposta a posição a respeito do assunto do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

Foram convidados o presidente do Conade, Adilson Ventura; Lúcia Severo, representante da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos; Regina Barata, representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; e Lizair de Moraes Guarino, presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.

Subcomissão debate apoio a paciente renal

Para ajudar no trabalho do Senado em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos (em especial, a questão da assistência no caso de hemodiálise), a Subcomissão Temporária da Saúde realiza amanhã, às 19h, audiência pública.

Participam da audiência os representantes da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco, José Carlos de Queiroga Maciel; da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN), João Egídio Romão Júnior e Arthur Tavares; e o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Solla.

Agenda



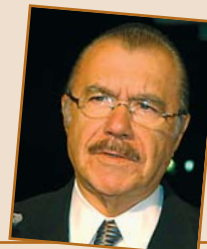
Plenário delibera sobre MPs

Na sessão deliberativa de hoje, que começa às 14h30, há duas medidas provisórias: a que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e a que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional. Somente após a votação das duas propostas é que as demais matérias da ordem do dia poderão ser examinadas.

Senado assina convênio com TCU

Os presidentes do Senado, José Sarney, e do Tribunal de Contas da União, ministro Valmir Campelo, assinam hoje acordo de cooperação técnica, científica e cultural entre o

TCU e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão executivo da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). A assinatura será às 12h, no edifício-sede do tribunal.



Comissão de Educação recebe ministro

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), se reúne às 11h, para ouvir o

ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral. Ele expõe as diretrizes e programas prioritários da pasta para os

próximos anos. Os senadores também discutem projeto sobre a criação de universidades em Santa Catarina.



Guido Mantega em videoconferência

No auditório do Interlegis, a partir das 15h, ocorrerá, por meio de videoconferência, a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), com a presença do ministro do Planejamento, Guido Mantega (foto).

Serão discutidos com as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal o Plano Plurianual (2004-2007) e o orçamento participativo para 2004. Roberto Saturnino (PT-RJ) coordena o encontro.

Tráfico e porte de armas em debate

Para debater o tema "Tráfico e porte de armas", a Subcomissão Permanente de Segurança Pública se reúne às 18h, com a

presença do coronel Maurizil Otho Neves Gonzaga, representante do Ministério da Defesa. Participam também da audiência pública os

comandantes das três Forças Militares e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Paulo Lacerda.

Dilma Rousseff na CAE

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, fala aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos, a partir das 11h, sobre as políticas de governo para o refino de petróleo e a instalação de uma refinaria no Nordeste. Antes de ouvir a ministra, às 10h, a comissão discute projeto que autoriza a Petrobras Transportes a elevar seu limite de endividamento.

Conade faz exposição

Às 18h a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais promove audiência pública para discutir as políticas públicas voltadas à situação dos deficientes no Brasil. A pedido do senador Flávio Arns (PT-PR), Adilson Ventura, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), falará sobre a questão.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



NÚMEROS. Iris de Araújo acha que bons índices mascaram a má qualidade do ensino

Iris defende escola em tempo integral

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu a implantação da escola em tempo integral em todo o país como forma de retirar das ruas as crianças pobres e protegê-las das drogas, da violência, do ócio e de um futuro de desemprego. A senadora observou, no entanto, que a escola em tempo integral não pode seguir um padrão único para todo o país, e nem se transformar em pretexto para construções faraônicas, "para o favorecimento de empreiteiros mal-intencionados".

Iris de Araújo ressaltou que existem várias maneiras de se conseguir a educação em tempo integral, desde o modelo da grande unidade do tipo Ciac, ao modelo intermediário de Brasília, com escolas-classe e escolas-parque, até pequenas unidades, à semelhança de várias escolas-modelo que existem no setor privado.

A senadora chamou a atenção para o fato de que a educação é uma das principais armas para o combate às mazelas sociais, à má distribuição de renda e à criminalidade, e destacou sua importância para a recuperação da dignidade por parte do povo brasileiro.

Iris de Araújo disse que, embora os dados do setor indiquem redução considerável da evasão escolar e aumento no número de crianças matriculadas, os resultados dessa melhoria não se fizeram sentir. A qualidade do ensino é ruim, disse a senadora, e mais da metade das crianças que concluem a 4ª série do ensino fundamental apresentam rendimento "crítico" ou "muito crítico".

Apartearam Iris de Araújo os senadores Eurípedes Camargo (PT-DF) e João Capiberibe (PSB-AP).



Roosevelt Pinheiro

MULTAS. Garibaldi propõe pagamento em cesta básica e trabalho comunitário

Garibaldi: Brasil perde a guerra do trânsito

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ontem que o Brasil está perdendo uma guerra, "uma guerra absurda", que todos pensavam que já estava ganha: a da violência no trânsito. Segundo o senador, 20 mil brasileiros morrem no trânsito anualmente, o que significa dois mortos por hora. Ele lembrou que o Código de Trânsito Brasileiro é novo, e quando aprovado deu a impressão de que seria a solução – principalmente por causa das pesadas punições, com perda de carteira e prisão de até três anos.

– Os fatos se impõem e estão derrotando o código, derrotando a sociedade brasileira – lamentou o senador.

Garibaldi propõe à Subcomissão de Segurança Pública do Senado que as infrações sejam punidas com a doação de cestas básicas e trabalhos comunitários em áreas carentes.

Reginaldo pede transcrição de dois artigos

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) pediu a inserção, nos Anais do Senado, dos artigos "A euforia é fogo de palha", do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), e "O importante é crescer", do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), publicados no jornal *O Globo*. Na opinião do senador, os artigos servem de alerta ao governo federal.

Alberto Goldman afirma em seu artigo que, ao se aliar com o PMDB e o PFL, o governo Lula conseguiu uma ampla aliança, mas pouca afinidade em termos de programa de governo. Já o senador também citou a "mudança de opinião" do PT, para salientar que, quando o assunto é crescimento econômico, o problema está na inércia do partido no governo.

Paim discute alternativa à reforma previdenciária

Senador tem encontro com ministro Ricardo Berzoini para levar sugestões colhidas em debate no Senado

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), anunciou que vai se reunir hoje com o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, para discutir uma proposta alternativa para a reforma previdenciária. Acompanhado de técnicos do Senado e de setores do Executivo, Paim vai entregar ao ministro sugestões elaboradas em debate realizado no Senado na semana passada. Ele manifestou sua satisfação com o espaço de diálogo aberto pelo governo.

Paulo Paim também relatou encontro que teve ontem com o presidente da República em exercício, José Alencar, em que debateram o aumento nos índi-



Gerardo Magliolo

JUROS. Paim disse que presidente Lula quer investir na produção e no emprego

ces de desemprego em todo o país e as altas taxas de juros. Ele perguntou a Alencar sobre o que seria preciso fazer para o país voltar a crescer e gerar mais empregos. Segundo o senador, o vice-presidente apontou a queda nas taxas de juros como

o fator principal.

– O presidente Lula também quer isso. Nenhum investidor vai aplicar seu dinheiro num negócio que leva dez anos para dar retorno, quando tem aplicações que dão rendimento imediato. Os banqueiros é que estão tendo o grande lucro. Nós vamos investir na produção e no emprego. Não ficaremos seis anos com uma taxa de juros maluca como essa – afirmou.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) considerou "inaceitáveis" as críticas de senadores que apoiavam o governo Fernando Henrique Cardoso e sua política econômica. "Um governo se completa aos quatro anos e não no quarto mês", sustentou.

José Alencar recebe propostas de estatutos

No exercício da Presidência do Senado, o senador Paulo Paim esteve ontem com o presidente em exercício da República, José Alencar, a quem apresentou três projetos de sua autoria que aguardam votação no Legislativo: o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e o Estatuto da Igualdade Racial e Social.

– Acredito que são três grandes contribuições para a sociedade brasileira – afirmou José Alencar, ao manifestar seu apoio aos projetos, que, de acordo com Paim, devem be-

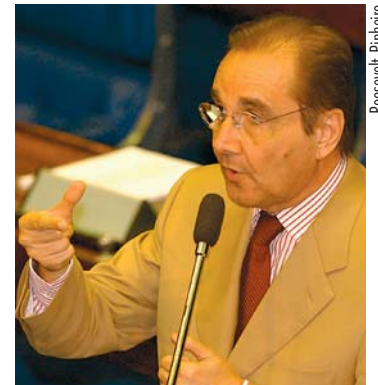
neficiar cerca de 50 milhões de pessoas no Brasil.

Alencar destacou que está disposto a colaborar para que a base governista chegue a um denominador comum em relação às reformas que tramitam no Congresso, manifestando também seu desejo de que os parlamentares que se insurgem contra essas reformas não sejam punidos.

Outro assunto abordado pelos dois foi o desemprego. Paim disse que via com muita preocupação os números que estão sendo divulgados e que apuraram, por exemplo, que a taxa de

desemprego na população economicamente ativa atingiu 23% em Brasília e 20,3% em São Paulo.

Para Paulo Paim, as taxas de juros têm colaborado para o crescente desemprego no país. Concordando com o senador, José Alencar enfatizou não ter dúvida de que, "se as taxas de juros não caírem, o país vai parar". Alencar disse ainda que a decisão de baixar os juros é política, e não técnica, e observou que um terço de tudo que é arrecadado de tributos no Brasil, hoje, acaba sendo perdido devido às altas taxas de juros.



Roosevelt Pinheiro

COERÊNCIA. Agripino quer repetir acordo com o PT que elevou salário mínimo em 2001

PFL quer mínimo de R\$ 260, diz José Agripino

Ao lembrar que nos próximos dias o Senado deverá se pronunciar sobre a medida provisória, já aprovada na Câmara, que aumentou o salário mínimo para R\$ 240, o senador José Agripino (PFL-RN) informou ontem que seu partido propõe que o aumento seja ampliado para R\$ 260. Ele acrescentou que buscará uma parceria com o PT para tentar garantir esse ganho de R\$ 20 no salário mínimo proposto pelo governo federal, reeditando acordo feito entre os partidos em 2001 que viabilizou uma majoração real de 11% no salário mínimo.

– Acredito que o combate à pobreza se faz elevando o nível de renda das camadas mais pobres da população. Coerente com posições assumidas no passado, nosso partido vai apresentar a proposta de um salário mínimo de R\$ 260 – afirmou José Agripino.

O senador também registrou a proposta apresentada pelo presidente Lula da Silva, em Evian, na França, na reunião ampliada da cúpula do G-8 (os sete países mais ricos do mundo, a Rússia e 12 países convidados), de taxar o comércio internacional de armas para combater a pobreza e investir em infra-estrutura dos países mais pobres e em desenvolvimento.

Segundo José Agripino, a sugestão de Lula é perfeita do ponto de vista do *marketing* político, mas deixa a desejar em eficácia. O senador lembrou que uma proposta mais ampla, a taxa Tobin, vem sendo debatida há anos. A taxa Tobin prevê a cobrança de um imposto nas operações financeiras realizadas entre os países mais ricos do mundo. Esse percentual, que está sendo discutido até hoje, seria revertido para combater a pobreza.

Para Luiz Otávio, Morro do Alemão foi esquecido

Roosevelt Pinheiro

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) lamentou ontem que nada tenha mudado no Morro do Alemão um ano depois do assassinato, por traficantes, do jornalista Tim Lopes, da TV Globo, apesar das promessas do governo do estado e da prefeitura do Rio de Janeiro.

– Prometeram todo tipo de ação, inclusive social, para resgatar o Morro do Alemão do crime organizado. Depois que descobrimos as ossadas do jornalista e de dezenas de pessoas e prenderam os executores do

crime, a polícia saiu de lá. A única coisa que sobrou é a construção de uma creche – criticou o senador.

Autor de uma proposta de plebiscito para transformar a cidade do Rio em território federal (com nova polícia), Luiz Otávio pediu ao Congresso medidas concretas para ajudar os cariocas no combate ao crime organizado.

– O estado do Rio não existe para enfrentar o crime organizado. Tudo que o jornalista Tim Lopes denunciou continua do mesmo jeito: tráfico,



GUERRA. Luiz Otávio acha que estado do Rio de Janeiro perde luta contra o crime

co, prostituição, delinquência juvenil. Se não houver intervenção federal, o crime vai ganhar a batalha – afirmou o senador.



Jone de Araújo

PROTEÇÃO. Simon sugere Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia

Simon quer fixar soberania sobre região

Encontra-se na Comissão de Educação para ser apreciado em caráter terminativo (só vai a Plenário se houver recurso) projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) instituindo 2004 como o Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira. A proposta também autoriza o Poder Executivo a emitir selo comemorativo.

Conforme Simon, "sempre cobçada e vista como reserva mundial de água doce e oxigênio que os brasileiros não sabem conservar", a Amazônia foi e é referida, inclusive por chefes de Estado, como "patrimônio da Humanidade", território sobre o qual deve ser permitida ao Brasil apenas a soberania restrita.

Personalidades como Al Gore, dos Estados Unidos, John Major e Margaret Thatcher, da Inglaterra, Mikhail Gorbachev, da Rússia, François Mitterrand e Jacques Chirac, da França, já defenderam essa tese, disse o senador. Eles consideram que a região deve ser colocada sob a administração da Organização das Nações Unidas (ONU).

Quanto ao selo comemorativo, o projeto prevê concurso nacional para escolher um desenho que destaque a Amazônia e suas riquezas naturais, e que não implique apenas uma bonita paisagem, observa Pedro Simon, mas aponte para um futuro de desenvolvimento sustentado.

Capiberibe: Amazônia não deve adotar monocultura

■ Senador lamenta o que está sendo feito em assentamentos do Incra e defende modelo agroflorestal

O modelo agrícola adotado em assentamentos na Amazônia é a reprodução passiva de pacotes tecnológicos monoculturais desvinculados das potencialidades locais. O alerta foi feito ontem pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), que relatou a visita a dois assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

– É preciso um modelo agroflorestal com adensamento da cadeia produtiva na comunidade – sugeriu.

Capiberibe disse que o resultado da adoção de modelos inadequados à região é a devastação ambiental, sem contrapartida produtiva e com o agra-



Roosevelt Pinheiro

DESENVOLVIMENTO. João Capiberibe adverte que região necessita de modelo específico

vamento da miséria. A solução, acrescentou, é utilizar o conhecimento tecnológico do país na formulação de um modelo específico para a Amazônia.

– Vamos implantar um modelo baseado na agrofloresta. Modelos baseados na monocultura, numa região como a Amazônia, dão resultados eco-

nômicos pífios. Vamos colocar em prática projeto para desenvolvimento sustentável da Amazônia, mobilizar a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o Basa (Banco da Amazônia), todas as instituições públicas, para implantar programa fundamentado naquilo que estamos aptos a produzir – frisou.

Em aparte, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) chamou atenção para o fracasso do modelo de assentamento implantado pelo Incra. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que o governo está disposto a discutir um modelo alternativo de desenvolvimento para a região. Exemplo disso, afirmou, são as visitas que responsáveis por políticas públicas têm feito à região.

– As coisas estão mudando e há disposição para o diálogo e para promover política pública participativa – declarou a senadora.

Fátima rejeita limitação de reservas ambientais

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) informou ao Plenário que entidades indígenas iniciaram no dia de ontem, coincidindo com a abertura da semana do meio ambiente, movimento contra a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que limita as terras ocupadas por índios e as reservas ambientais ao máximo de 50% do tamanho de cada estado.

A campanha, explicou, é dirigida aos senadores, que estão para votar a emenda constitucional, a qual também determina que os processos de demarcação de terras indígenas sejam examinados pelo Senado. Ela já se manifestou contra o projeto em outras ocasiões.

Fátima Cleide questiona



Roosevelt Pinheiro

RISCO. Para Fátima Cleide, parte do mundo vive num "modelo de extermínio, poluição e escassez"

qualquer tentativa de redução de reservas socioambientais e critica quem diz que existem hoje no Brasil "apenas" 400 mil índios ocupando 12% do território nacional.

A senadora por Rondônia observa que eles já foram milhões, em mais de mil diferentes culturas, mas acabaram re-

duzidos pelo mesmo "modelo de desenvolvimento que tem reproduzido extermínio, poluição e escassez por quase toda a superfície da terra".

Nesse modelo, acentuou a senadora, a maior parte da Humanidade parece viver sob uma "espécie de delinquência global", consumindo desenfreadamente todos os recursos naturais.

Fátima Cleide observou que as áreas remanescentes não serão suficientes para abastecer um mundo "acometido por insustentáveis padrões de produção e consumo". Por isso, entende ser dever da sociedade preservar as áreas ainda não exploradas pelo "modelo de extermínio, poluição e escassez" adotado pelos europeus que aqui chegaram há 500 anos.



Roosevelt Pinheiro

POTENCIAL. Conforme Aelton Freitas, está prevista geração de 21 mil empregos no campo

Aelton destaca plano para açúcar e álcool

O senador Aelton Freitas (PL-MG) apresentou em Plenário ontem detalhes do Plano de Metas e de Investimentos do setor sucroalcooleiro para o período de 2003 a 2007, que prevê investimentos da ordem de U\$ 212 milhões na expansão e instalação de novas indústrias. A expectativa é de geração de 21 mil empregos no campo. Para o senador, esse é um exemplo da colaboração que o setor pode dar ao desenvolvimento.

– Não se pode falar em combate à fome e em geração de empregos sem estabelecer as condições mínimas para a retomada do crescimento econômico. Desenvolver o agronegócio é o caminho mais curto para isso – observou.

Aelton informou que o setor já emprega 1,5 milhão de pessoas, ajudando a reduzir o êxodo rural. Ele ainda chamou atenção para as vantagens dos investimentos no setor sucroalcooleiro em relação aos demais segmentos da economia, no que diz respeito à geração de empregos.

– Uma única unidade que se instala pode gerar centenas de empregos a um custo vinte vezes inferior ao que se gasta para criar um único posto de trabalho na indústria petroquímica, por exemplo – frisou o senador, acrescentando que as lavouras canavieiras são regulamentadas por legislação trabalhista específica.



Roosevelt Pinheiro

Jucá cobra do governo verbas para reforma agrária

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) cobrou do governo o descontingenciamento das verbas orçamentárias para a reforma agrária e para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O assunto tem que ser tratado seriamente, afirmou, dizendo que

a situação é grave e que, no final de semana, conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra invadiu uma fazenda da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Paraná.

Jucá condenou a invasão, lembrando que a Embrapa é um centro importantíssimo de pesquisas e que teve o papel exaltado no Senado, sexta-feira da semana passada, em discurso pronunciado pelo senador Marco Maciel (PFL-PE).

– A questão agrária não está sendo tratada com a seriedade que merece. É preciso dotar o Incra e o ministro Miguel Rossetto dos instrumentos necessários para prosseguir com a reforma nos níveis do governo anterior – disse Jucá.

Conselho discute concentração na mídia

A concentração da propriedade dos veículos de comunicação foi o principal tema da reunião de ontem no Conselho de Comunicação Social. O assunto foi abordado em exposição de Guilherme Canela, pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), e provocou divergências entre os conselheiros. Ele disse que a concentração – em algumas regiões, jornais e emissoras de rádio e televisão são controlados por um único empresário – impede a diversidade de opiniões.

Para Roberto Wagner, representante das emissoras de televisão, não há concentração, e a tendência é diminuir a regulação sobre a mídia.

Representante da sociedade civil, o jornalista Carlos Chagas discordou e defendeu a adoção de legislação que imponha limites à concentração.

O conselho também ouviu o diretor comercial da Brasil Telecom, Edmond Santiago, a respeito de novas tecnologias que permitem a transmissão de vídeo por meio da telefonia.

João Alberto propõe criação de universidade

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) propôs a criação da Universidade Federal de Bacabal, no Maranhão. O projeto tramita



João Alberto: instituição em Bacabal

na Comissão de Educação em caráter terminativo. Se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados, a não ser que pelo menos nove senadores apresentem recurso para exame da proposta em Plenário.

João Alberto explica que uma instituição de ensino superior gratuito e de qualidade em Bacabal atenderia aos jovens que já trabalham e desejam dar continuidade aos seus estudos, mas não dispõem de recursos para pagar a mensalidade de uma faculdade particular.

Além disso, o senador destaca que uma qualificação profissional que gere conhecimento e inovação tecnológica ajudaria Bacabal a se desenvolver e a oferecer melhor qualidade de vida à sua população.

■ Se aprovado, o tributo deve ser aplicado sobre a movimentação internacional de capitais

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou que apresentará projeto de lei regulamentando a adoção, pelo Brasil, da Taxa Tobin, tributo aplicado sobre a movimentação internacional de capitais. A senadora pretende que percentual reduzido seja cobrado sobre cada unidade monetária que atravessar as fronteiras brasileiras. O objetivo é desestimular a volatilidade do capital não produtivo e, com os recursos arrecadados, formar um fundo social de combate à pobreza.

– Esse é um mecanismo que



ESPECULAÇÃO. Conforme Serys, a taxa desestimularia a volatilidade do capital não produtivo

vem sendo discutido há décadas, mas que se tornou mais atual em vista das crises financeiras, em vários países, provocadas pelos capitais que se movimentam com excessiva facilidade e nervosismo, ao to-

Saturnino elogia atuação de Lula no exterior

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou ontem a atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no exterior. Ele ressaltou a forma como Lula foi recebido no encontro do G-8 (que reuniu na França os sete países mais ricos do mundo, a Rússia e 12 países convidados), a maneira como suas propostas têm sido acolhidas e a importância para o Brasil do desempenho do presidente Lula no exterior.

– Noto até uma certa inveja dos seguidores do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que era muito homenageado, recebia títulos de doutor *honoris causa*, mas nunca atingiu o nível de respeito obtido por Lula – disse Saturnino.

O senador fluminense elogiou as duas propostas de arrecadação de fundos para o combate à miséria, com a taxa das operações financeiras internacionais ou do comércio internacional de armamento. Saturnino também elogiou o vice-presidente José Alencar por suas críticas às altas taxas de juros no Brasil.

– O vice-presidente tem sido muito coerente em suas críticas, e eu tenho a certeza



CONTROLE. Saturnino defende a taxação das operações financeiras internacionais

de que na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) haverá redução considerável nos juros.

Saturnino acrescentou que o governo Lula não pode ser responsabilizado pelo aumento do número de desempregados de 4 milhões para 12 milhões em menos de seis meses de governo.

Cassação

O senador informou ao Plenário que o procurador-geral da República acolheu recurso contra a diplomação do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Segundo disse, foi pedida ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a cassação do mandato do governador e da vice, Maria de Lourdes Abadia.

Serys apresentará projeto para instituir a Taxa Tobin no Brasil

que de uma tecla de computador – ressaltou Serys.

Mesmo registrando que a taxa é defendida como medida a ser tomada simultaneamente por todos os países, a senadora afirmou estar convicta de que sua adoção é viável e útil no Brasil, cuja economia tem grande dimensão e desfruta de bom conceito internacional após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Visita

Serys Slhessarenko também destacou a visita que o presidente Lula fará a Mato Grosso na próxima sexta-feira. Ela comentou que será uma oportunidade de reiterar ao presidente da República a necessidade de ser dada autorização para a continuidade

das obras da Ferronorte (que liga os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo), para que ela prossiga até Rondonópolis e Cuiabá. Atualmente a ferrovia vai até o município de Alto Taquari.

O trabalho do ex-deputado federal e ex-senador Vicente Vuolo em favor da ferrovia foi destacado pela senadora. Ela lembrou que foi por causa da luta de Vuolo que o projeto da Ferronorte pôde ser executado. Serys manifestou confiança de que Lula trabalhará para a autorização das obras.

Um outro assunto abordado pela senadora mato-grossense foi a passagem do Dia da Imprensa, transcrito no último domingo. Ela parabenizou os profissionais do jornalismo e elogiou o trabalho da imprensa brasileira.

Suplicy aplaude brasileiro nomeado para o Iraque

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou, em carta aberta, o alto comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, Sérgio Vieira de Mello, pela sua nomeação como representante especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Iraque. Na mensagem, o parlamentar convida o diplomata a falar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre a sua missão.

Na carta, Suplicy pede ao comissário atenção ao desenvolvimento das formas de distribuição das riquezas do Iraque, sugerindo que Vieira de Mello proponha à ONU a adoção, na região, de um método de sistemas de dividendos sobre a exploração do petróleo já utilizado no Alasca, o Fundo Permanente do Alasca.

Surgida no início dos anos 60, explica o senador, a idéia partiu do prefeito de uma pequena vila de pescadores de Bristol Bay, no Alasca, que determinava a criação de um imposto de 3% sobre o valor da pesca, para criar um fundo que pertenceria a todos. Em 1976, acrescenta, a assembléia estadual estendeu a medida ao petróleo e a outros recursos naturais não renováveis, destinando ao fundo 50% dos *royal-*



MISSÃO. Suplicy convidou o diplomata Sérgio Vieira de Mello a falar na CRE

ties gerados pela exploração.

Suplicy diz ainda que, de 1980 até agora, o patrimônio líquido do fundo aumentou de US\$ 1 bilhão para US\$ 25 bilhões. Na última década, enquanto a renda média das famílias mais pobres dos Estados Unidos cresceu 12% e a das famílias mais ricas cresceu 26%, no Alasca a renda média das famílias mais pobres cresceu 28%, enquanto que a das famílias mais ricas cresceu 7%.

“Este é um exemplo para todas as nações do mundo e é especialmente válido para países como o Brasil e África do Sul, que têm grande necessidade de erradicar a pobreza e melhorar a distribuição de renda em direção a melhor justiça social”, finaliza o senador.



Roque de Sá

FUNÇÃO HISTÓRICA. Senado sempre atuou na legitimação política, lembrou Mozarildo

Mozarildo destaca artigo de Agaciel Maia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou artigo do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, publicado no jornal *Correio Braziliense*, sobre o papel do Senado Federal, em que o diretor da Casa afirma que “não há nenhuma instituição nacional que reflita tanto as características sociológicas de uma nação quanto o Poder Legislativo”.

Mozarildo lembrou a história do Senado, afirmando que a instituição “nunca se absteve dos deveres de representação, legislação, fiscalização e legitimação do sistema político”.



José Cruz

EQUÍVOCO. Para Valmir Amaral, o Ministério da Cultura foi vítima do desmonte do Estado

Valmir Amaral elogia decisão de recriar INL

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) elogiou o ministro da Cultura, Gilberto Gil, pela intenção de recriar o Instituto Nacional do Livro (INL), extinto no governo Collor. “A iniciativa permitirá a correção de um dos grandes equívocos cometidos contra a cultura do país. O Ministério da Cultura foi uma das maiores vítimas do desmonte do Estado”, afirmou.

Valmir Amaral assinalou que o órgão sempre viveu com escassez de recursos, “já que os tecnocratas jamais consideraram o livro como produto essencial”.

Renan propõe debate sobre reforma urbana

■ Senador alerta para o problema da exclusão social e defende investimentos em moradia e saneamento

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) propôs ontem o início da discussão de uma reforma urbana, “que torne as cidades mais humanas, combata a exclusão social e viabilize políticas públicas” de emprego e renda, transporte, habitação e saneamento básico.

Com base em dados do Atlas de Exclusão Social no Brasil, produzido pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo, o senador disse que a exclusão cresceu nos últimos 20 anos, especialmente nos estados do Nordeste. Para ele, a insegurança em relação ao crime organizado seria um dos sintomas do problema.



Roosevelt Pinheiro

ADVERTÊNCIA. Esgotos urbanos poluem o ambiente e causam doenças, adverte Renan

Dentre as questões relativas a uma reforma urbana, Renan destacou o saneamento básico. Ele lembrou que, na reunião ministerial do último dia 20 de maio, o presidente da República cobrou da área econômica a liberação de recursos para financiar obras do setor.

– Na véspera, o jornal *Valor Econômico* revelou que a Caixa Econômica Federal havia assi-

nado apenas dois contratos de financiamento para saneamento com recursos do FGTS, no valor de R\$ 53 milhões, sendo que está previsto R\$ 1,4 bilhão para este ano – afirmou.

Renan disse que os esgotos urbanos são a principal fonte poluidora dos recursos hídricos e o atendimento médico decorrente da inadequada distribuição da água e coleta de esgotos absorve grande parte dos recursos públicos. Ele advertiu que, desde a implantação do Plano Nacional de Saneamento, na década de 70, as autoridades não se debruçam sobre o assunto.

O senador defendeu a liberação de recursos contingenciados e disse que o quadro só começará a mudar quando o ministro das Cidades, Olívio Dutra, enviar ao Congresso Nacional uma nova proposta de política nacional de saneamento.



Roosevelt Pinheiro

COMPETIÇÃO. Conforme Mão Santa, Saúde da Família prejudica o SUS

Programa de saúde erra, diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) classificou como “um equívoco” o programa Saúde da Família, criado em 1994 pelo Ministério da Saúde. Segundo disse ontem o senador, enquanto o Sistema Único de Saúde (SUS) está sendo sucateado, o Saúde da Família tem oferecido tantos atrativos aos prefeitos que o número de equipes ligadas ao programa cresceu, em nove anos, de 328 para 17 mil. Os salários oferecidos aos médicos são superiores aos pagos pelo SUS, apesar do vínculo de trabalho precário, explicou.

– Como se sabe, a grande maioria desses profissionais é contratada, em caráter precário, por prefeituras e, pior, organizações não-governamentais às quais o poder público repassa recursos para remunerá-los. A implantação do programa Saúde da Família tem ignorado o papel importante que as entidades médicas podem e devem desempenhar na condição de parceiras naturais para a qualificação requerida das políticas públicas adotadas no país.

O senador afirmou que os principais equívocos do programa são a confusão doutrinária no tocante ao seu significado; precariedade do vínculo de trabalho dos profissionais; excessiva simplificação da atenção primária; atuação concorrencial com as unidades de saúde do SUS e o pouco rigor nos critérios de admissão de profissionais médicos.

Segundo Mão Santa, o programa deveria ser uma força auxiliar ao SUS, mas hoje está substituindo as unidades de saúde em funcionamento. Além disso, a simplificação está deixando de levar a especialização médica a quem precisa. “A Inglaterra fugiu desse programa porque viu um retrocesso na área da pediatria”, disse.

▼ Estatuto da Cidade regulamenta ocupação

A reforma dos espaços urbanos nas cidades brasileiras foi uma das preocupações que norteou a aprovação, em 2001, da Lei nº 10.257, mais conhecida como Estatuto da Cidade. A lei fixa normas gerais em relação a uma série de instrumentos urbanos, como controle e uso do solo, cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo para áreas ociosas, zoneamento ambiental das cidades e saneamento básico, entre outras questões.

O estatuto veio regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição, que tratam da política urbana. Uma das principais inovações foi a exigência de que as prefeituras de municípios com mais de 20 mil habitantes devam elaborar o plano diretor das cidades, prática que antes era comum só entre as metrópoles brasileiras. Foi dado o prazo até 2006 para que todos aprovelem o plano. Para apressar este trabalho, o governo federal decidiu criar o Ministério das Cidades, que vai ajudar os municípios a se adequarem ao estatuto.

Licitações deverão ser divulgadas na Internet

O Plenário do Senado aprovou projeto que obriga órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias e fundações, a divulgar pela Internet dados sobre licitações em andamento e, depois, detalhes das propostas vencedoras, inclusive os nomes dos sócios das empresas. Proveniente da Câmara, a proposta foi apresentada pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) quando este era deputado federal.

A matéria terá que ser examinada novamente pela Câmara, uma vez que foi alterada no Senado. O projeto recebeu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) alterações do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), para adaptá-lo às mudanças constitucionais fei-



Roque de Sá

TRANSPARÊNCIA. Projeto de Mercadante visa aperfeiçoar gestão de recursos públicos

tas em 1998 sobre as licitações públicas. Pelas mudanças, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias terão um regulamento específico para licitações.

O projeto ainda terá uma votação suplementar no Senado. A proposta determina que o

Executivo regulamentará a apresentação das informações sobre licitações que devem entrar na Internet. Até que seja aprovada legislação específica para empresas públicas, ainda de acordo com o projeto, elas terão de seguir as normas editadas pelo Executivo. O objetivo dessa divulgação é o de tornar mais transparentes as licitações para execução de serviços e para compra de bens.

Os governos estaduais criarão uma página na Internet para divulgação, mediante convênio, das informações relativas às licitações dos municípios com menos de 100 mil habitantes que não disponham de recursos técnicos ou dinheiro para ter suas próprias páginas eletrônicas.



Gerardo Magela

OFENSIVA. Tasso Jereissati propõe condenação variando de cinco a dez anos

Mão-de-obra forçada pode ter pena maior

Projeto de lei apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) estabelece punição mais severa para quem submete alguém à condição análoga à de escravo. A proposta determina reclusão de cinco a dez anos, enquanto, pela legislação vigente, a pena é de dois a oito anos. A proposta, que se encontra tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), altera o Código Penal e a lei que regula o trabalho no campo.

Quanto à lei que regula o trabalho rural, Jereissati apresentou uma modificação que torna possível a cobrança de multa de R\$ 2,5 mil por trabalhador em condição análoga à escravidão. O projeto determina, ainda, que a existência de mão-de-obra forçada seja comunicada ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público do Trabalho e à Polícia Federal.

O aliciador desse tipo de trabalho não poderia se beneficiar de investimentos e contratos públicos, além de ter apreendido o produto advindo do regime de escravidão, segundo o projeto de lei.

O senador pelo Ceará argumenta que poucos têm sido os casos em que os responsáveis pela submissão de trabalhadores a condições de escravidão são identificados, processados ou condenados. E, mesmo quando se identifica o beneficiário do trabalho escravo, a punição, no caso de uma condenação, tem sido inferior a quatro anos de prisão, embora a lei estabeleça reclusão de dois a oito anos para o infrator. A aplicação dessa pena, observa o senador, permite, ainda, a sua substituição por pena alternativa.

Tasso Jereissati argumenta que uma das mais eficazes formas de combater a escravidão é o desestímulo a esse uso ilegal de mão-de-obra desde o aliciamento.

Impasse no Prodecer leva Eduardo a apelar a Palocci

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu, em discurso, ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que ajude a superar o impasse a que chegou a negociação de uma dívida com instituições japonesas que financiaram o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) no município de Pedro Afonso, no Tocantins. O governo estadual é avalista de 50% do empréstimo e o Banco

do Brasil (BB) propôs assumir o total da dívida agora, permitindo que o estado pague sua parte só em 2005.

A Procuradoria Geral da República, conforme o senador, concordou com a mudança, mas um técnico do Tesouro Nacional não aceita a operação. Ele informou que os três senadores e oito deputados federais do Tocantins vão acompanhar o governador Marcelo

Miranda (PFL), num encontro com Palocci, para tentar resolver o problema.

Eduardo Siqueira Campos recebeu, em aparte, a solidariedade do senador Edison Lobão (PFL-MA), que destacou o êxito obtido pelo programa de aproveitamento dos cerrados no sul-maranhense, onde a região de Balsas já produz quase 1 milhão de toneladas de grãos de soja por ano.



Gerardo Magela

RESISTÊNCIA. Eduardo Siqueira Campos afirma que técnico do Tesouro não aceita proposta

Virgílio critica Lula por utilizar avião emprestado pela Boeing

■ Senador diz que, em vez de valorizar Embraer, chefe do governo privilegia uma concorrente

O fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e comitiva terem utilizado um *Boeing BBH* na viagem para a reunião do G-8, em Evian, na França, causou estranheza ao líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Antes de assumir o governo, Lula criticou a anunciada contratação de plataformas da Petrobras no exterior, mas agora, em vez de valorizar aviões da brasileira Embraer, privilegia uma empresa concorrente, observou ontem o parlamentar, em discurso da tribuna.

– Na verdade, como diz o jornal *O Estado de S. Paulo* de 30 de maio, essa cortesia da Boeing tem um preço: US\$ 50 milhões, já que a empresa americana está tentando ven-



Gerardo Magela

ESTRANHEZA. Arthur Virgílio lembra que Lula condenou construção de plataformas no exterior

der uma unidade para o governo do Brasil. Mais ainda: Lula vai experimentar, como cortesia do mesmo tipo, uma versão especial do *Airbus-A319*. Será por ocasião de sua viagem à Europa, em julho.

De acordo com o senador pe-

lo Amazonas, a aeronave *Embraer 170/190*, na versão especial e com autonomia intercontinental, está sendo vendida por US\$ 30 milhões. O valor é inferior aos US\$ 50 milhões cobrados pelo *Boeing* que está sendo utilizado pelo presidente da República e também aos US\$ 32 milhões do *Airbus* que deverá transportar Lula na próxima visita à Europa. Arthur Virgílio destacou que o avião brasileiro tem forte aceitação no mercado internacional, tanto que a empresa *US Airways* encomendou 85 aeronaves.

Lua-de-mel

Arthur Virgílio também citou várias matérias publicadas nos últimos dias nos principais jornais do país para fundamentar sua opinião de que acabou a chamada lua-de-mel do povo brasileiro com o presidente Lula. As manchetes apontam desaceleração na economia, diminuição nas ex-

portações e no consumo interno, além de restrição ao crédito.

Depois de registrar algumas gafes que o presidente teria cometido em diversos pronunciamentos, o parlamentar recomendou a Lula que procure meditar sobre o perigo dos discursos de improviso.

Para Arthur Virgílio, as gafes atribuídas ao presidente poderiam ser resultado do cansaço e perplexidade diante da responsabilidade de comandar os destinos do Brasil. Entre as frases citadas pelo senador, que teriam sido ditas por Lula, estão: “À medida que a gente tem acesso à saúde e a dentista vai percebendo que não existe ninguém 100% feio ou bonito”; “Graças a Deus a Humanidade é feita de homens e mulheres, covardes e corajosos”; “Nossa história se juntou como um caso de amor profundo, como Romeu e Julieta” (referindo-se ao vice-presidente José Alencar).

Para Raupp, Kirchner ajudará a fortalecer Mercosul



Jone de Araújo

INTEGRAÇÃO. Valdir Raupp observa que argentinos querem estreitar relacionamento

Ao dirigir ontem, da tribuna, sua saudação ao recém-empossado presidente da Argentina, Néstor Kirchner, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que, com a eleição de “um nome mais sintonizado com os objetivos brasileiros na América do Sul”, os argentinos manifestaram o desejo de contribuir para um efetivo fortalecimento do Mercosul.

– Esse estreitamento, junto com o aprofundamento do diálogo, servirão como incetivo

para conscientizar os países da região de que o desenvolvimento só virá com a América do Sul integrada.

Uma América do Sul integrada, conforme Valdir Raupp, altera qualitativamente a inserção de todos os países do continente no tabuleiro das forças globais e regionais que caracterizam a sociedade contemporânea.

O senador disse que a prioridade para o Mercosul, no entanto, não pode ocorrer em de-

trimento do patrimônio de integração regional representado por blocos com a Comunidade Andina e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

As iniciativas também podem contribuir para que a integração atinja a totalidade do território sul-americano, “espalhando seus benefícios do mar do Caribe à Terra do Fogo, desde o Atlântico até o Pacífico”, assinalou o senador Valdir Raupp.



Rogério de Sá

INFORMAÇÕES. Luiz Otávio encaminhou requerimento ao ministro dos Transportes

Luiz Otávio: Belém-Brasília exige reparos

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) informou ter encaminhado, no início de maio, requerimento ao ministro dos Transportes, Anderson Adauto, em que solicita informações sobre a Rodovia Belém-Brasília. Ele quer saber se há projetos de obras de reforma da rodovia, para quando estão previstas as licitações, qual o prazo estabelecido para as obras e com que recursos o ministério conta para realizá-las.

Luiz Otávio explicou que requereu as informações porque o transporte de cargas está altamente comprometido na rodovia. Dos 1.964 quilômetros do percurso, 700 precisam ser restaurados.

O senador ressaltou que a Belém-Brasília, por onde trafegam 4 mil veículos por dia e cuja extensão é cruzada por ramificações rodoviárias do Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Sul, tem importância estratégica. Apesar disso, enfrenta graves problemas, à semelhança de outros tantos trechos dos 56 mil quilômetros da malha rodoviária brasileira, de que pelo menos 20 mil a 30 mil quilômetros necessitam de restauração.

Luiz Otávio considerou bem-vinda, mas tímida, a iniciativa do governo de liberar, até o final do ano, R\$ 700 milhões para a recuperação de trechos rodoviários prioritários.

Ferrovias transportam 21% das cargas no país

O sistema ferroviário brasileiro tem 29,7 mil quilômetros e os trens respondem por 20,9% do transporte de carga no país, contra 60,5% de participação das rodovias e 13,9% das hidrovias. Veja a situação em outros países (em %):

País*	Rodovia	Ferrovia	Hidrovia
Brasil	60,5	20,9	13,9
Alemanha	61,2	22,3	16,5
Estados Unidos	32,4	47,2	20,4
França	72,4	24,2	3,3
Inglaterra	66,6	7,7	25,7
Itália	89,0	11,0	0,7
Japão	50,2	5,0	44,8

* Não se incluiu o transporte aéreo.
Fonte: Ministério dos Transportes/Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)



Flávio Arns defende a recuperação das ferrovias

■ Abandono compromete 7 mil quilômetros da malha ferroviária, afirma senador

A situação de completo abandono de cerca de 7 mil quilômetros de ferrovias no país (27% do total) levou o senador Flávio Arns (PT-PR) a defender a revitalização da Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA). A medida seria uma forma de interromper o processo de degradação da malha ferroviária, iniciado há sete anos com a privatização do setor.

– As ferrovias não sofreram os investimentos previstos, como também não foram mantidas as condições em que foram recebidas da Rede Ferroviária Federal S. A., gerando um passivo patrimonial muito grande para a União – afirmou. Apesar de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ter emprestado mais de R\$ 2 bilhões às concessionárias, o parlamentar co-



Célio Azevedo

ADVERTÊNCIA. Segundo Arns, municípios e estados não devem subsidiar iniciativa privada

mentou que, em vez da aquisição de novas locomotivas e de modernização das vias permanentes, observou-se o desgaste do patrimônio existente.

Na tentativa de alterar esse quadro, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) elaborou o Programa de Integração e Adequação das Ferrovias. Entretanto, alguns pontos da iniciativa foram considerados "altamente lesivos ao país". Um exemplo é a concessão de empréstimo pelo BNDES às concessionárias, com garantias dadas não pelo valor do fi-

nanciamento, mas pelo valor total a ser pago como arrendamento das ferrovias à RFFSA e à União.

Flávio Arns também questionou a reavaliação, posterior à privatização, de trechos ferroviários considerados economicamente deficitários para fins de concessão de subsídios estatais. Na sua opinião, não seria possível admitir esse negócio, tendo em vista que a modelagem da desestatização do setor obrigou as empresas interessadas a adquirir trechos rentáveis junto com os de baixa taxa de retorno.

– Não se pode admitir que municípios e estados subsidiem a iniciativa privada que comprou em leilão o direito de exploração – declarou. O senador advertiu para a possibilidade de concorrentes vencidos nos leilões recorrerem à Justiça para contestar mudanças posteriores no edital. "Se a solução é investimento, passemos à Rede Ferroviária Federal, que é proprietária de todo o patrimônio, a responsabilidade de ser a fomentadora do setor."

Motta quer periferia livre de pedágio

O senador João Batista Motta (PPS-ES) apresentou projeto determinando que os postos de pedágio de rodovia tenham uma distância mínima de 20 quilômetros de área urbana e conurbada ou de região metropolitana. Tramitando em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), se aprovada, a proposta seguirá diretamente ao exame da Câmara, salvo se pelo menos nove senadores requererem deliberação em Plenário.

João Batista Motta explica na justificativa do projeto que muitas pessoas trabalham em estabelecimentos comerciais ou industriais situados a pequena distância de perímetros urbanos, sendo obrigadas a pagar pedágio. Com a falta de vias secundárias para chegar ao serviço, afirma Motta, os custos com o deslocamento aumentam consideravelmente para esses trabalhadores.

O senador admite que a estipulação do limite de 20 quilômetros pode suscitar críticas. A alternativa mais justa, afirma, seria a isenção do pagamento dos veículos emplacados no município ou região metropolitana onde houver o pedágio. A medida, no entanto, poderia inviabilizar o fluxo regular de automóveis, já que demandaria verificação *in loco*.



José Cruz

CUSTOS. João Batista Motta diz que falta de vias secundárias encarece deslocamento



Geraldo Magela

Tuma propõe rompimento de lacre aduaneiro

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que autoriza o rompimento do lacre aduaneiro durante a inspeção de cargas. Para o parlamentar, a medida ajudaria a apurar o crescente número de roubos de carregamentos transportados

nas estradas e rios brasileiros.

Além da inspeção das cargas, o projeto estabelece que a operação deve ser feita na presença do motorista e que, ao final, a mercadoria receba aplicação de um novo lacre de segurança. No caso de indício de crime, os bens serão apreendidos e encaminhados à polícia para averiguação.

Segundo a proposta, quando nada for encontrado, será fornecida uma declaração ao transportador da mercadoria, uma espécie de passe livre. Durante a inspeção, Tuma propõe que haja cobertura da polícia, para garantir a segurança dos agentes aduaneiros e assegurar que a operação transcorra sem riscos.